

APRESENTAÇÃO

O ano de 1997 se encerrou com um saldo altamente positivo no tocante à divulgação do acervo de arquitetura paisagística nacional, que apesar de seu grande porte e qualidade, praticamente, se mantém desconhecido do grande público. A inclusão na III Bienal Internacional de Arquitetura de um espaço dedicado exclusivamente à arquitetura paisagística, permitiu pela primeira vez que uma série de autores expusesse suas obras ao grande público.

O que se observou foi um riquíssimo conjunto de idéias e tendências, que mostrou que os arquitetos paisagistas nacionais, apesar da onipresente influência de Roberto Burle Marx, estão em busca de caminhos próprios, procurando dirigir seus esforços no desenvolvimento de projetos adequados à realidade urbana nacional, em constante transformação neste fim de século.

As influências não mais se atêm à escola americana de Eckbo, Halprin e seus seguidores, representada entre nós pelos discípulos diretos ou indiretos de Roberto Coelho Cardozo, professor de paisagismo na FAUUSP nos anos 50 e 60 e criador de uma “escola paulista de paisagismo”, ou na escola burle-marxiana dos seguidores do outro Roberto.

Observa-se uma forte influência em termos formais das obras desenvolvidas na Europa, especialmente no eixo Paris-Barcelona, de onde projetos como os dos parques de Bercy, La Villette e André Citroen, da grande esplanada de La Defense (todos em Paris), do Port Vell, do Parc de Clot e outros tantos logradouros da metrópole catalã se tornaram paradigmas projetuais.

Paralelamente toda uma nova geração de paisagistas norte-americanos como Friedberg, Dan Kiley, Peter Walker e outros, bem como autores japoneses do porte de Sasaki ou Motoo Yoshimura, tem tido suas obras largamente divulgadas por revistas especializadas e anuários, que têm chegado rapidamente ao Brasil e influenciado ao extremo, o desenvolvimento de novos projetos tanto a nível conceitual como formal.

Desta forma chegaram ao Brasil, o ambientalismo, expresso em conceitos de ecologia urbana, na idealização de parques ecológicos, na discussão de idéias como nichos ecológicos urbanos, “Green Ways” e outras, o pós-modernismo arquitetônico-paisagístico expresso aqui, não em termos de criação, mas de cópia de figuras como pórticos e arcos utilizados, como elementos decorativos em praças, parques e jardins, se colocando esta como nova forma (sic) de encarar o projeto e produção dos espaços livres urbanos.

O que se constata é que uma grande quantidade de profissionais, a nível acadêmico ou não, estão envolvidos na construção do paisagismo brasileiro neste final de século 20, muitos deles dedicados totalmente à área, outros tantos apenas contribuindo em projetos isolados.

As escolas de arquitetura têm sido um celeiro de profissionais para a área e estudantes brasileiros têm participado e ganho em concursos internacionais de paisagismo, como os organizados pela IFLA – International Federation of Landscape Architects, em 1996 (Firenze) e 1997 (Buenos Aires), ao mesmo tempo que cursos e encontros têm tratado sobre o assunto por todo o país, ora organizados por entidades de engenheiros agrônomos, ora por arquitetos, ora por entidades mistas.

O incremento do interesse sobre o paisagismo no Brasil reflete um crescimento real do mercado de trabalho, que tem sido disputado por agrônomos, engenheiros florestais, arquitetos, geógrafos e amadores.

O conceito ‘paisagismo’ está sendo usado hoje de um modo totalmente arbitrário designando desde plantio de vasos decorativos até projetos de extensos parques nacionais, ou de praças públicas. A disputa pelo espaço de trabalho e pelo direito de exercer a profissão de paisagista, que existe sem existir, é grande e em muitos pontos do país causa crises profundas.

Hoje, ao menos três associações de nível nacional, congregam especialistas e técnicos no assunto, e existe em alguns estados a tentativa de atribuir o direito de exercer a profissão a este ou àquele profissional, arquiteto, agrônomo, etc.

Esta disputa é prejudicial, pois desvia o interesse de questões nacionais de fundo, em termos da formalização da paisagem urbana, para

interesses corporativos específicos, cada qual procurando garantir o seu “quinhão”. Acredito ser este um momento em que a união é necessária, decisivo para a definição de qual é o papel da arquitetura e do planejamento paisagístico brasileiro e como nós, profissionais nacionais dedicados à área, não importando qual seja a nossa formação, devemos eticamente nos comportar.

Hoje, depois de mais de uma década de trabalho isolado dentro da Universidade de São Paulo, no grupo de professores de paisagismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, constatamos com prazer o surgimento de pesquisas e pesquisadores que, em vários pontos do país, vem juntar-se a nós no esforço de construir paradigmas do paisagismo brasileiro.

Estudiosos no Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Brasília, Florianópolis, Viçosa, etc. estão desenvolvendo trabalhos sérios de pesquisa e esta revista já tem acolhido trabalhos de numerosos destes pioneiros. Não estamos mais no plano zero e começa-se a ter uma base teórica consistente para a compreensão do paisagismo nacional. Muitas são as dissertações de mestrado desenvolvidas sobre o assunto, a maioria ainda em São Paulo, algumas no Rio de Janeiro outras no exterior. Neste número publicamos um texto da arquiteta de Pernambuco, Ana Rita de Sá Carneiro Ribeiro, que nos mostra algumas conclusões deduzidas em sua pesquisa sobre os parques de Recife, base de seu doutorado defendido na Inglaterra; um outro do nosso tradicional colaborador Euler Sandeville Junior, com suas anotações sobre o paisagismo moderno paulistano, extraído de sua dissertação de mestrado, e um outro do paisagista Angelo Serpa, professor da UFBA, que desenvolveu um estudo de pós-doutorado sobre as formas de apropriação dos espaços livres dos subúrbios de São Paulo e Salvador.

Estes textos, como o de Silvio Soares Macedo sobre paisagem urbana são resultados de pesquisas recentes, que deram origem a dissertação de mestrado e a tese de doutorado defendidas nos últimos anos. Apresentamos ainda outros dois artigos, que foram adaptados especialmente para o formato da revista e contêm uma síntese de algumas experiências profissionais destes estudiosos.

São eles de autoria de Marilia B. de Moraes e Antonio Carlos Robert de Moraes, os dois desenvolvendo temáticas relativas ao planejamento paisagístico e ambiental, o primeiro discutindo tais questões sobre a Ilha Comprida (no estado de São Paulo) e o estabelecimento de uma área de proteção ambiental e o segundo formalizando uma discussão teórica sobre a ocupação do litoral brasileiro.

Nesta edição inauguramos uma nova seção dedicada a informar sobre eventos realizados no ano precedente em teses e dissertações defendidas na área. Esta seção será apresentada apenas em uma das edições de cada ano, referindo-se ao ano anterior.

Silvio Soares Macedo